

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO PRESENCIAL Nº 008 / 2024 – NÚCLEO DE LICITAÇÃO - NLC/PRES

Giuliano Merolli <engenharia@embrali.com.br>

qui 26/06/2025 15:24

Para:Núcleo de Licitação <nlc@novacap.df.gov.br>;

Prioridade: Alta

 1 anexos (808 KB)

Recurso vs Consórcio Nacional.pdf;

Boa tarde,

Em anexo recurso contra o julgamento da proposta técnica do Consórcio Nacional, referente ao Procedimento Licitatório Presencial nº 008/2024.

Favor confirmar o recebimento.

Giuliano Merolli
Licitações e contratos



(41) 99121-9544



@merolligiuliano



R. Padre Anchieta, 2348, CJ 1005, Curitiba - PR

À Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Licitação: Procedimento Licitatório Presencial nº 008/2024

Objeto: Contratação integrada para a reforma com restauro do Teatro Nacional Claudio Santoro

Assunto: Recurso Administrativo. Proposta Técnica. Consórcio Nacional.

O Consórcio Porto Belo – Brasil, neste ato representado por sua líder, Porto Belo Engenharia e Comércio Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 03.701.380/0001-80, por intermédio de seu representante legal infra-assinado, Sr. Giuliano Merolli, CPF: 085.104.169-82, endereço eletrônico: engenharia@embrali.com.br, vem, respeitosamente, interpor recurso administrativo contra o julgamento da proposta técnica do **Consórcio Nacional**, composto pelas empresas **LDN, Principal, Squadro e JPM**, o que faz com base nos itens 17.1.4 e 17.1.5 do Edital, pelas razões que passa a expor a seguir.

Resumo

1. Irregularidade na diligência: O Consórcio Nacional apresentou documentos (CATs) de forma extemporânea, após a abertura dos envelopes, o que é vedado pelo Edital e pelo RLC da NOVACAP.

2. As CATs 164493, 164495, 464142, 466885 e 1720250000338, se tivessem sido entregues no envelope, não poderiam ter acrescentado à capacidade técnica operacional, uma vez que **a empresa que figura como contratada (PJJ Malucelli) não integra o Consórcio Nacional**.

3. Falsa afirmação e comportamento inidôneo: O Consórcio Nacional alegou falsamente que as mencionadas CATs já constavam da documentação original, buscando vantagem indevida.

4. Pontuação equivocada do Consórcio Nacional: Questiona-se a pontuação atribuída ao Consórcio Nacional nas Tabelas 3, 5 e 6 da proposta técnica.

5. Erros na pontuação do Consórcio Porto Belo – Brasil: O recorrente argumenta que sua própria pontuação nas Tabelas 4 e 5 foi subestimada.

Síntese fática

No julgamento da proposta técnica do Consórcio Nacional, a Comissão Permanente de Licitações observou que a recorrida **não incluiu no envelope** acervos técnicos indicados em uma tabela resumo.

São estes acervos as CAT's 164493, 164495, 464142, 466885 e 1720250000338.

Em decisão equivocada, a CPL realizou diligência para que a recorrida então fizesse a juntada posterior destes documentos, conforme Doc. SEI/GDF 169599874:

2. Em virtude do apresentado pelas empresas participantes referente a documentação - acervo/atestado técnicos, pede-se que:

O Consórcio Nacional indicou na página 068 da documentação, para comprovação da experiência conforme tabela 3 - experiência da empresa, as CAT's 164496, 164495, 464142, 466885 e 1720250000338. O mesmo deverá apresentar as CAT'S indicadas com os respectivos acervos. (sic)

Ato contínuo, o Consórcio Nacional respondeu à diligência, encaminhando as CAT's de forma extemporânea, alegando que estes documentos já constavam daqueles entregues:

Encaminha-se novamente as cats e atestados **as quais também já constam da documentação entregue**, bem como fora reencaminhada por E-mail dia 02/05/2025.

A afirmação é falsa e o comportamento inidôneo, com o intuito de receber vantagem indevida no julgamento da proposta técnica. Além disso, a inclusão posterior de documentos que deveriam constar dos envelopes é vedada em diligência, ensejando a anulação do ato, conforme se achará demonstrado na sequência.

Verifica-se, ainda, erros na atribuição de pontuação ao Consórcio Nacional e ao próprio recorrente, o Consórcio Porto Belo – Brasil.

Razões

1. Da irregularidade na diligência

Destinada a esclarecer ou confirmar a veracidade dos documentos constantes de sua proposta

Nos termos do RLC da NOVACAP, a finalidade da diligência é de esclarecer informação acerca daqueles documentos apresentados pelo licitante. Destaca-se, é aplicável apenas àqueles documentos apresentados com a proposta:

Art. 76. São competências da Comissão Permanente de Licitações - CPL: (...)

IX - realizar diligência, observados os critérios de conveniência e oportunidade, destinada a **esclarecer ou a confirmar a veracidade das informações prestadas pelo licitante, constantes de sua proposta e de eventuais documentos a ela anexados**, determinando a correção de eventuais erros formais, se for o caso;

O dispositivo acima trata também da possibilidade de correção de erros formais, que são aqueles que se referem a forma do documento, como o exemplo de uma declaração que não segue o modelo do edital, mas contém todas as informações essenciais. Este tipo de erro permite correção e não deve afastar o licitante.

A ausência de documentos essenciais no envelope da proposta técnica, contudo, não é mero erro formal, mas trata-se de erro substancial. Isto é, refere-se à natureza do negócio, ao objeto principal da declaração ou a alguma das qualidades a ele essenciais (art. 139 do Código Civil). A omissão ou falha substancial prejudica o conteúdo essencial do documento, inviabilizando seu adequado entendimento.¹

Este erro não permite correção, por se tratar de documento que deveria constar originalmente no envelope, não havendo que se falar em mero esclarecimento.

Cabe dizer que este entendimento não é exclusivo do recorrente, mas é **regra** definida pelo Edital da licitação:

12.8 É facultado à COMISSÃO ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências destinadas a esclarecer ou completar a instrução do processo, **vedada a inclusão posterior de documentos ou de informações que deveriam constar originalmente nos envelopes A, B e C.**

De volta ao Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP, a regra imposta pelo Edital não pode ser descumprida, por força do princípio fundamental da vinculação ao instrumento convocatório:

Art. 2º São princípios aplicáveis às licitações e aos contratos celebrados pela NOVACAP aqueles que visem a assegurar as diretrizes previstas nos arts. 31 e 32 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, em especial os princípios da integralidade, da legalidade, da impessoalidade, da igualdade, da moralidade, da publicidade e da eficiência, da probidade administrativa, da economicidade, do desenvolvimento nacional sustentável, **da vinculação ao instrumento convocatório**, da obtenção de competitividade e do julgamento objetivo, além das seguintes diretrizes:

¹ AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. *Licitações e contratos administrativos: teoria e jurisprudência*. 3. ed. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2020.

Não há margem para interpretação diversa; não há discricionariedade neste ponto. Não se confere ao Administrador Público a possibilidade de optar quais disposições do Edital serão aplicadas.

Se as regras foram impostas e se mantiveram intactas pós-abertura, não podem ser afastadas, sob pena de nulidade.

Sobre o tema:

STJ
MS 5.597/DF

Ao descumprir normas editalícias, a Administração frustra a própria razão de ser da licitação e viola os princípios que direcionam a atividade administrativa, tais como: o da legalidade, da moralidade e da isonomia.

STJ
REsp 354977/SC

O Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório se traduz na regra de que **o edital faz lei entre as partes**, devendo os seus termos serem observados até o final do certame, vez que vinculam as partes.

O Edital expressamente veda a inclusão posterior de documentos ou de informações que deveriam constar originalmente nos envelopes "A" (proposta técnica), "B" e "C" na realização da diligência, portanto, não se pode admitir interpretação diversa.

Nestes termos, devem ser desconsideradas as CAT's 164493, 164495, 464142, 466885 e 1720250000338, utilizadas para conferir pontuação técnica do Consórcio Nacional, por não integrarem o envelope "A" contendo a proposta técnica.

Sua inclusão posterior viola o item 12.8 do Edital, assim como os arts. 2º e 76, IX do RLC da NOVACAP.

Não obstante, cabe dizer que as CATs mencionadas, se tivessem sido entregues no momento adequado, sequer seriam válidas para a comprovação da capacidade técnica do Consórcio, uma vez que a empresa contratada (PJJ Malucelli) não figura em sua composição. Relembra-se que o Consórcio Nacional é composto pelas empresas LDN, Principal, Squadro e JPM.

1.1. Da inaplicabilidade do entendimento do TCU sobre o tema Interpretação acerca do art. 43, §3º da Lei nº 8.666/93 e do art. 64 da Lei nº 14.133/21

Apenas à título de argumentação, importa expor a impossibilidade de se utilizar do entendimento adotado pelo TCU no Acórdão nº 1211/2021.

Por meio deste Acórdão, o Plenário do TCU entendeu que seria possível apresentar, em diligência, documentos ausentes esquecidos pelo licitante. Ocorre que esta decisão se refere à interpretação de norma prevista no art. 43, §3º da Lei nº 8.666/93 e no art. 64 da Lei nº 14.133/21, **ambas inaplicáveis à NOVACAP**.

a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha (TCU. Acórdão nº 1211/2021)

Vejamos que, a época da licitação a Lei nº 8.666/93 já havia sido revogada, afastando sua aplicabilidade. Ao passo que a lei vigente, a Lei nº 14.133/21, exclui as empresas públicas da aplicação de suas normas, caso da NOVACAP:

Art. 1º *[omissis]*

§ 1º Não são abrangidas por esta Lei as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as suas subsidiárias, regidas pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, ressalvado o disposto no art. 178 desta Lei.

Assim, as disposições da Lei nº 8.666/93 [revogada em 30/12/2023], da Lei nº 14.133/21, bem como quaisquer interpretações baseadas nestas normas são inaplicáveis à NOVACAP, uma empresa pública sujeita ao regime da Lei nº 13.303/16 e do seu respectivo regulamento.

Nestes termos, não há que se falar em aplicação de entendimento que elastece a regra, ainda que decorrente de Acórdão do TCU, por se referir a interpretação de dispositivo de lei a qual não se sujeita a NOVACAP.

2. Da falsa afirmação e do comportamento inidôneo

Ao contrário do alegado, as CATs 164493, 164495, 464142, 466885 e 1720250000338 não foram entregues no envelope "A" – Proposta Técnica

A postura do Consórcio Nacional deve ser combatida. Não é mais possível aceitar que declarações falsas sejam feitas sem a aplicação da respectiva penalidade. Os participantes não estão isentos de pena, todos são responsáveis por seus próprios atos e há que se exigir respeito ao processo licitatório.

Em resposta a diligência, o Consórcio Nacional apresentou os acervos técnicos que não constavam originalmente de seu envelope, alegando, contudo, que estes documentos faziam parte daqueles entregues. Vejamos mais uma vez:

Encaminha-se novamente as cats e atestados **as quais também já constam da documentação entregue**, bem como fora reencaminhada por E-mail dia 02/05/2025.

Essa alegação tem o intuito de descaracterizar a inclusão posterior de documento que deveria constar do envelope, prática vedada pelo instrumento convocatório, como se a

apresentação fosse um mero esclarecimento de que aqueles documentos já haviam sido entregues.

Ocorre que o Consórcio Nacional apresentou o envelope de proposta técnica com a documentação sequencialmente numerada, de 001 a 974, sendo que a folha 974 é o termo de encerramento lavrado pelo próprio:

O **CONSÓRCIO**, através desse termo, faz o encerramento desta Proposta Técnica, da Concorrência em epígrafe, numeradas de 001 a 974.

Em nenhuma dessas folhas se acham as CAT's 164493, 164495, 464142, 466885 e 1720250000338. Isto é, as CATs e atestados mencionados **não se encontravam na documentação entregue**, ao contrário do alegado pelo Consórcio.

Ao mentir, tentando receber vantagem indevida (uma vez que os acervos não entregues no momento adequado não poderão ser aceitos), o licitante demonstra comportamento inidôneo, o que enseja a penalidade prevista pelo art. 257, IV do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP:

Art. 257. **O licitante**, o beneficiário da ata de registro de preços ou a contratada podem ser punidos, sem prejuízo de outras disposições contratuais específicas, com as sanções previstas neste artigo em face de inexecução total ou parcial, ou ainda por atraso ou descumprimento das obrigações e, em especial, quando: (...)

IV - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

No mesmo sentido é o art. 262:

Art. 262. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a NOVACAP, por prazo não superior a 2 (dois) anos, **será aplicada às licitantes**, às empresas ou aos profissionais contratados, conforme o caso, nas seguintes hipóteses: (...)

II – tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação; (...)

X – comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013.

Fazer declaração falsa (afirmar que os acervos já constavam do envelope) é, portanto, ato ilícito punível nos termos do RLC da NOVACAP.

Sobre o tema:

Constitui ato ilícito a declaração falsa inserida em documento destinado ao preenchimento de exigência de edital de concorrência (...) (TJDFT. Acórdão

606907, 20100110292788APC, Relator(a): ANGELO PASSARELI, 5ª TURMA CÍVEL, data de julgamento: 01/08/2012, publicado no DJe: 03/08/2012.)

Desta forma, não só ocorre a impossibilidade de considerar as CATs 164493, 164495, 464142, 466885 e 1720250000338, por não estarem inseridas no envelope de proposta técnica entregue, como a conduta inidônea ao tentar compelir em erro a Comissão Permanente de Licitação por meio de alegação falsa de que estes acervos haviam sido entregues no momento adequado, auferindo vantagem indevida.

3. Da pontuação indevida do Consórcio Nacional na Tabela 3

Experiência da empresa em elaboração de projetos

As CATs 164493, 464142, 164495 e 466885, utilizadas para pontuação da Tabela 3, não foram entregues no momento adequado e, por ser vedada a inclusão em diligência (12.8 do Edital), não podem ser consideradas.

Não obstante, cabe dizer que as CATs mencionadas, se tivessem sido entregues no momento adequado, sequer seriam válidas para a comprovação da capacidade técnica do Consórcio, uma vez que a empresa contratada (PJJ Malucelli) não figura em sua composição. Relembra-se que o Consórcio Nacional é composto pelas empresas LDN, Principal, Squadro e JPM.

Assim, diante dos documentos constantes no envelope “A” – Proposta Técnica, o Consórcio Nacional não atendeu ao exigido nos itens 1 a 5 da Tabela 3, devendo ter sua nota reduzida de 8 para 2 pontos.

4. Da pontuação indevida do Consórcio Nacional na Tabela 5

Qualificação da equipe de projetos

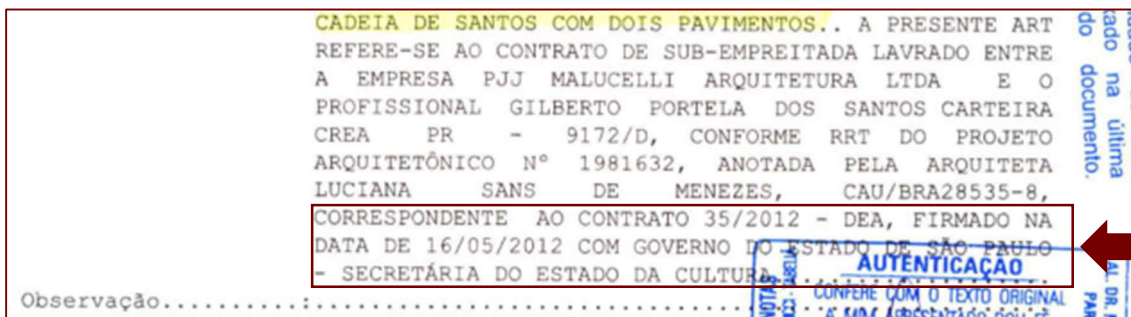
As CATs 164493, 164495, 464142, 466885 e 1720250000338, utilizadas para conferir pontuação nos **itens 1, 2, 4 e 6 da Tabela 5** não foram entregues no momento adequado e, por ser vedada a inclusão em diligência (12.8 do Edital), não podem ser consideradas.

Já as CATs 581/2014 (pg. 904) e 121161/2009 (pg. 912), utilizadas para pontuar no **item 5** não podem ser aceitas por não constar declaração do contratante principal dos serviços, nos termos do item 12.2.8 do Termo de Referência:

12.2.8. Quando a certidão e/ou atestado não for emitida pela CONTRATANTE principal, **deverá ser apresentada declaração formal do CONTRATANTE principal**, confirmando que o profissional indicado foi responsável técnico pela sua execução ou um de seus responsáveis técnicos.

Não é demais salientar a força de lei imposta pelo instrumento convocatório às partes (Administração e licitantes), sendo que as regras definidas não podem ser afastadas ou relevadas.

A CAT 581/2014 é fruto de uma subempreita, que tem como contratante principal a Secretaria do Estado da Cultura do Governo do Estado de São Paulo, enquanto o atestado foi fornecido pela empresa PJJ Malucelli Arquitetura Ltda para a GPS Engenharia Elétrica e Hidráulica Ltda, cujo responsável técnico é o engenheiro Gilberto Portella dos Santos.



CADEIA DE SANTOS COM DOIS PAVIMENTOS.. A PRESENTE ART
REFERE-SE AO CONTRATO DE SUB-EMPREITADA LAVRADO ENTRE
A EMPRESA PJJ MALUCELLI ARQUITETURA LTDA E O
PROFISSIONAL GILBERTO PORTELA DOS SANTOS CARTEIRA
CREA PR - 9172/D, CONFORME RRT DO PROJETO
ARQUITETÔNICO Nº 1981632, ANOTADA PELA ARQUITETA
LUCIANA SANS DE MENEZES, CAU/BRA28535-8,
CORRESPONDENTE AO CONTRATO 35/2012 - DEA, FIRMADO NA
DATA DE 16/05/2012 COM GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
- SECRETARIA DO ESTADO DA CULTURA

Observação.....

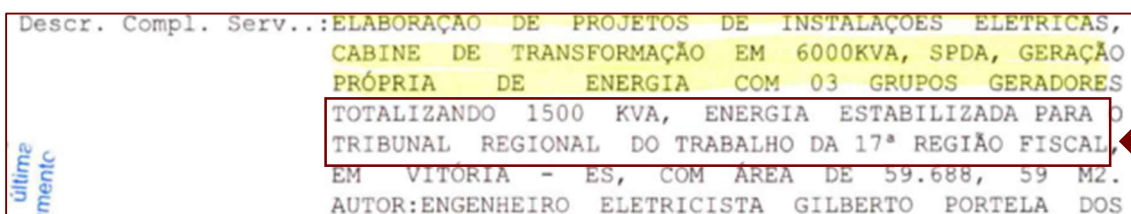
AUTENTICAÇÃO

CONFERE COM O TEXTO ORIGINAL

A MM APRESENTADO DOU

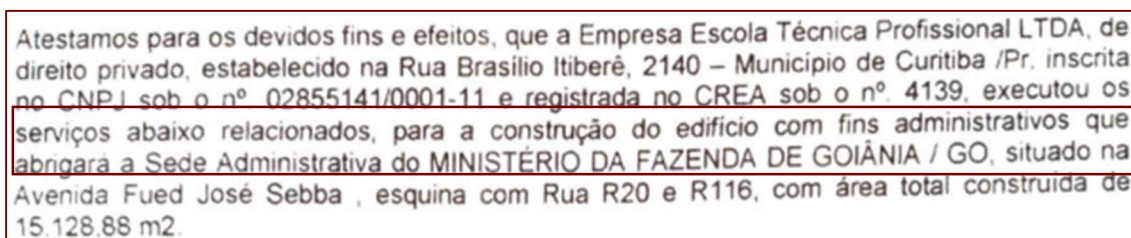
Informação que é confirmada no corpo do atestado, vide página 907 da proposta técnica.

O mesmo se verifica na CAT 121161/2009, em que o contratante principal dos serviços é o Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região Fiscal, enquanto o atestado foi fornecido pela empresa NBC Arquitetura e Construções Ltda.



Descr. Compl. Serv.: ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS,
CABINE DE TRANSFORMAÇÃO EM 6000KVA, SPDA, GERAÇÃO
PRÓPRIA DE ENERGIA COM 03 GRUPOS GERADORES
TOTALIZANDO 1500 KVA, ENERGIA ESTABILIZADA PARA O
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO FISCAL,
EM VITÓRIA - ES, COM ÁREA DE 59.688, 59 M2.
AUTOR: ENGENHEIRO ELETRICISTA GILBERTO PORTELA DOS

Por fim, a CAT 2471/2008 (pg. 919), utilizada para pontuação no **item 7**, também não atende ao disposto no item 12.2.8 do Termo de Referência, uma vez que o contratante principal dos serviços é o Ministério da Fazenda de Goiânia/GO, enquanto o atestado foi fornecido pela empresa Tese Tecnologia em Sistemas Espaciais Ltda:



Atestamos para os devidos fins e efeitos, que a Empresa Escola Técnica Profissional LTDA, de direito privado, estabelecido na Rua Brasília Itiberê, 2140 - Município de Curitiba /Pr. inscrita no CNPJ sob o nº 02855141/0001-11 e registrada no CREA sob o nº 4139, executou os serviços abaixo relacionados, para a construção do edifício com fins administrativos que abrigará a Sede Administrativa do MINISTÉRIO DA FAZENDA DE GOIÂNIA / GO, situado na Avenida Fued José Sebba, esquina com Rua R20 e R116, com área total construída de 15.128,88 m2.

Desta forma, após revisão nas pontuações conferidas nos itens 1, 2, 4, 5, 6 e 7 da Tabela 5, a nota deve ser reduzida de 12 para 1 ponto.

5. Da pontuação indevida do Consórcio Nacional na Tabela 6

Qualificação da equipe de obras

Para o item 3 da Tabela 6 foi considerada a CAT 1041/12, referente as obras no Palácio Iguaçu, em Curitiba/PR.

Para este item era necessário demonstrar um engenheiro especialista em recuperação e reforço estrutural em estrutura de concreto e metálicas em edificações tombadas, conforme é o texto da Tabela:

Engenheiro Especialista em Recuperação e Reforço Estrutural de estruturas de concreto e metálicas em edificações	Com experiência em execução de obras de Recuperação e Reforço Estrutural em estruturas de concreto e metálicas, em Edificações Tombadas , considerando 1,0 ponto por atestado e/ou certidão.
---	---

Ocorre que o Palácio Iguaçu foi tombado em 25 de maio de 2012², após a execução das obras atestadas, que foram de 2009 a 2011. Isto é, **a edificação não era tombada à época da execução dos serviços.**

Valor	R\$ 33.998.971,82
Município.....	Curitiba – PR
Próprio	Palácio Iguaçu
Local.....	Praça Nossa Senhora da Salete, Centro Cívico
Data de Início.....	28/12/2009
	Data da Conclusão 19/12/2011
Objeto.....	Reforma/Ampliação

A nota da Tabela 6, portanto, deve ser reduzida em 1 ponto.

6. Dos erros na pontuação do Consórcio Porto Belo – Brasil

Experiência da empresa em execução de obras

No julgamento do **item 4 da Tabela 4**, a Comissão conferiu apenas 1 ponto para o Consórcio Porto Belo – Brasil, pontuação que deve ser revista.

A exigência se refere a execução de serviços de fornecimento e instalação torres de arrefecimento em edificações, sendo que 1 unidade receberia 1 ponto, enquanto 2 ou mais receberiam 2 pontos. Na CAT indicada (0720250000277) a Porto Belo comprova a execução de 2 torres de arrefecimento, portanto, deve receber 2 pontos para o item.

² Conforme: <https://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/Bem-Tombado/Centro-Civico-Curitiba>

6.	AR CONDICIONADO, VENTILAÇÃO E EXAUSTÃO		
6.1.	Central Térmica		
6.1.0.0.1.	Grupo de Água Gelada - GAG-1 (Realocar e reformar)	cj	1,00
6.1.0.0.2.	Grupo de Água Gelada - GAG-2 (Realocar e reformar)	cj	1,00
6.1.0.0.3.	Torre de arrefecimento - TAC-1 / TAC-2	cj	2,00

Deste modo, a pontuação da Tabela 4 deve passar de 29 para 30 pontos.

Já no **item 3 da Tabela 5**, que se refere à engenheiro especialista em reforço estrutural de edificações tombadas, a Comissão valorou apenas a CAT 0780 (TCU Sede), embora a licitante tenha indicado também a CAT 0651/2012 (Palácio do Planalto) que, indiscutivelmente, indica reforço estrutural em edificação tombada:

- O Palácio do Planalto faz parte do conjunto urbanístico de Brasília, tombado pelo Patrimônio Histórico Nacional, regulamentação em 1992 pela Portaria 314.

6.11. Aplicação de adesivo estrutural a base de resina epóxi para ancoragem de estruturas novas em estruturas já existentes2.561,17 Kg
6.12. Execução de reforço estrutural em laje de concreto armado com a utilização de manta de fibra de carbono e argamassa autonivelante.....69,86 m²
6.13. Execução de reforço estrutural em vigas de concreto armado com a utilização de adesivo a base de resina epóxi e argamassa autonivelante62,04 m

Assim, a pontuação da Tabela 5 deve ser revista de 14,0 para 15,0 pontos.

Requerimentos & Disposições Finais

Diante do exposto, requer:

- A.** A **reforma** do ato que aceitou a entrega posterior de documentos exigidos que deveriam constar do envelope "A" no dia da sessão, por violação expressa ao disposto no item 12.8 do Edital e do art. 2º do RLC da NOVACAP, desconsiderando as CATs 164496, 164495, 464142, 466885 e 1720250000338.
- B.** A **ciência** de que as CATs 164496, 164495, 464142, 466885 e 1720250000338 não integram a capacidade técnica do Consórcio Nacional, uma vez que a empresa contratada (PJJ Malucelli) não figura em sua composição e, portanto, não podem pontuar na Tabela 3.
- C.** A **reforma** da pontuação atribuída ao Consórcio Nacional **na Tabela 3**, de 8 (oito) para 2 (dois), pelos motivos expostos.
- D.** A **reforma** da pontuação atribuída ao Consórcio Nacional **na Tabela 5**, de 12 (doze) para 1 (um), pelos motivos expostos.

- E.** A **reforma** da pontuação atribuída ao Consórcio Nacional **na Tabela 6**, de 12 (doze) para 11 (onze), pelos motivos expostos.
- F.** A **reforma** da pontuação atribuída ao Consórcio Porto Belo - Brasil **na Tabela 4**, de 29 (vinte e nove) para 30 (trinta), pelos motivos expostos.
- G.** A **reforma** da pontuação atribuída ao Consórcio Porto Belo - Brasil **na Tabela 5**, de 14 (quatorze) para 15 (quinze), pelos motivos expostos.

Goiânia - GO | 25 de junho de 2025.

GIULIANO BALSINI | Assinado de forma digital por
MEROLLI:08510416982
982 | Dados: 2025.06.25 16:08:50
-03'00'

Giuliano Merolli
CPF: 085.104.169-82